

Congresso não garante aprovar alternativa ao IOF

Segundo Motta, o compromisso do Legislativo é com a análise

Por Karoline Cavalcante

Mesmo com tentativas da equipe econômica de apresentar um plano alternativo para substituir a alta da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) como forma de compensar perda de receitas, o esforço não garantiu o sucesso das medidas. O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou nesta segunda-feira (9) que o Congresso Nacional não possui qualquer tipo de “compromisso” firmado para aprovar as modificações propostas pelo governo federal no último domingo (8).

“O compromisso feito sobre as medidas que virão na MP foi de o Congresso debater e analisar, não ficou lá acordado [aprovar]. Até porque os líderes, que estavam lá presentes não tiveram tempo de consultar suas bancadas acerca dessas medidas”, declarou Motta, durante seminário promovido pelos jornais Valor e O Globo e CBN, em São Paulo. Para ele, há o risco de um “descasamento” caso o Legislativo não concorde com o conteúdo a ser enviado pelo Executivo.

O anúncio das alterações foi feito após quase seis horas de reunião na residência oficial da Câmara dos Deputados, na noite de domingo (8). Além de Motta e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participaram o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a ministra da Secretaria das Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, e líderes partidários das duas Casas.

Medidas

No pacote de medidas anunciado destaca-se o aumento da tributação sobre as empresas de apostas esportivas — as chamadas “bets” —, passando



Lula Marques/Agência Brasil

Motta: compromisso é analisar, não aprovar necessariamente

de 12% para 18%. Também inclui a implementação de uma alíquota de 5% sobre o Imposto de Renda para investimentos atualmente isentos, como a Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA). Outro ponto discutido foi a possibilidade de redução das medidas de isenção fiscal, que atingem cerca de R\$ 800 bilhões.

Haverá ainda mudança na Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), cobrada de instituições financeiras. Atualmente, são cobradas alíquotas de 9%, 15% e 20%. A ideia é que deixe de existir a de 9%. Outra alteração envolve a queda de 80% do IOF em relação ao decreto original sobre o “risco sacado”, uma modalidade de crédito em que instituições financeiras antecipam valores para comerciantes que vendem produtos a prazo.

Haddad afirmou que a redução contemplará gastos tributários em ao menos 10%, além da pretensão de reduzir gastos primários.

“A questão do gasto primário, tem muitas iniciativas que

já mandamos para o Congresso. Algumas já estão em tramitação. O que nos dispusemos a fazer é fazer uma nova reunião sobre gasto primário, mas já tendo um feedback das bancadas sobre os temas que vão ser enfrentados”, explicou o ministro.

O detalhamento das medidas será feito na terça-feira (10), quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) retorna ao Brasil, após viagem à França.

“Mais do mesmo”

Após o encontro, o líder do Partido Liberal, deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), declarou que trocar o IOF por outros impostos é apenas “mais do mesmo”. Para o líder, como Haddad não é economista, ele não possui condições de resolver as questões econômicas brasileiras. Sóstenes antecipou que a orientação da bancada é pela derrubada.

“Nós precisamos de um economista para fazer o dever de casa — o básico, que é conter gastos. Isso, o governo até agora, não demonstra disposição de fazer. Trocar esses

impostos só vai comprometer o agronegócio e a habitação, que são grandes geradores de emprego e renda para o Brasil. Somos contrários ao aumento de impostos; se vier por meio de medida provisória (MP), entraremos imediatamente com um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) para sustá-la”, afirmou o parlamentar.

O aumento foi anunciado em 22 de maio, gerando uma reação negativa no mercado financeiro. Após as críticas recebidas, poucas horas depois, o ministro Haddad decidiu recuar em relação ao trecho que propunha a elevação da alíquota sobre transferências de investimentos de fundos nacionais para o exterior.

Em 29 de maio, Motta e Alcolumbre deram um prazo de dez dias para que a Fazenda apresentasse uma alternativa às mudanças propostas no imposto. Na mesma data, o presidente da Câmara expressou o descontentamento generalizado entre os parlamentares, destacando que, caso o decreto fosse votado da forma como foi apresentado, provavelmente seria rejeitado.

Cármen prioriza mulheres no TSE e cria impasse para Lula

Valter Campanato/Agência Brasil



Sucessão no TSE criou indisposição entre ministros do STF

Tavares e Floriano. A terceira opção é o ex-advogado-geral da União do governo Jair Bolsonaro (PL) José Levi Mello. Com isso, um dos indicados por Moraes terá que deixar o tribunal, o que tende a diminuir a influência do ministro no colegiado.

Na outra lista, Lula terá que decidir entre a ex-secretária de Direitos Digitais do Ministério da Justiça Estela Aranha, a ministra substituta do TSE Vera Lúcia Santana de Araújo e a

advogada Cristina Maria Gama Neves da Silva.

Segundo pessoas que têm acompanhado a disputa, a decisão de Cármen de dividir a lista em duas incomodou não apenas Moraes, mas também outros integrantes do Supremo.

A avaliação é de que os dois ministros, que se tornaram titulares pouco antes do julgamento de 2023 que deixou o ex-presidente Bolsonaro inelegível, têm uma boa atuação na corte.

A expectativa é que Moraes seja consultado por Lula e tenha que optar entre um de seus dois escolhidos.

A justificativa de Cármen para a mudança na composição é que, com a saída da ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Isabel Gallotti e dela própria da corte, o que deve acontecer em novembro deste ano e agosto do ano que vem, o tribunal ficará com sete homens como integrantes titulares.

O TSE é um tribunal com integrantes rotativos e tem como titulares três ministros do STF, dois do STJ e dois advogados. Além disso, tem mais sete ministros substitutos.

Cármen defendeu suas escolhas em pronunciamento no fim do mês passado.

“André Ramos Tavares e Floriano Azevedo são grandes juristas, exímios advogados e têm uma contribuição enorme ao TSE. E portanto seria do maior gosto que estivessem em listas diferentes”, disse Cármen.

“Mas seria um contrassenso e até uma descortesia com os tribunais regionais que o próprio TSE não tivesse, em duas listas, alguma mulher ou listas de mulheres, como estamos determinando”, acrescentou.

Informações de Catia Seabra e José Marques (Folhapress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Rovena Rosa/Agência Brasil



Governador atrairia voto menos radical

Pesquisa reforça apoio da direita a Tarcísio

Apesquisa Quaest, o apoio do mercado financeiro, o avanço do processo judicial contra lideranças golpistas e as derrapadas como a do IOF reforçaram a convicção de lideranças da direita de que Tarcísio de Freitas é o candidato ideal para a Presidência.

Apesar dos bons índices obtidos por outros possíveis pretendentes, como Michelle Bolsonaro e o governador do Paraná,

Ratinho Junior, a avaliação é de que a pesquisa evidenciam a tendência de isolamento de Lula.

Situação que exigiria um oponente mais capaz de agregar votos dos nem-nem, que não se identificam com a esquerda ou com a direita — 33% do total, segundo a Quaest. O governador de São Paulo seria, então, o mais capaz de obter o apoio da maioria do grupo.

Resultados

Na avaliação de integrantes do próprio PL, as prováveis condenações e prisão do já inelegível Jair Bolsonaro abrem caminho para uma direita de discurso menos extremista. Tarcísio incorporaria a imagem de um conservadorismo menos de discurso e mais de resultados.

Contraponto

Apesar do aumento do emprego e do PIB, o governo acabou associado ao desequilíbrio fiscal e à busca de aumento de impostos. O governador de São Paulo seria um contraponto liberal, capaz de interromper uma lógica voltada ao crescimento do Estado.

Isaac Nóbrega/PR



Michelle (com Bolsonaro): alternativa familiar

Contra um Bolsonaro, Lula seria menos radical

Há o temor de que a escolha de integrante da família Bolsonaro para a cabeça de chapa gere dificuldades eleitorais — Lula poderia, outra vez, incorporar o papel do menos radical.

A presença de um candidato de sobrenome Bolsonaro tenderia a fazer da campanha uma disputa em torno de

eventual idulto ao ex-presidente e a aliados.

“O mercado quer calma”, resume um parlamentar do PL. Ressalta que um candidato com imagem mais moderada favoreceria adesões do Centrão — Tarcísio é filiado ao Republicanos, que tende a fazer uma federação com o MDB (os dois partidos integram o governo).

Sobrenome

O problema é que Jair Bolsonaro vê traições em cada esquina e só confia em quem carrega seu sobrenome. Ao radicalizar o discurso nos últimos dias, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), tem procurado se mostrar mais confiável que Tarcísio

Figurante

Bolsonaro foi figurante durante boa parte da transmissão, ontem, do depoimento do tenente-coronel Mauro Cid, seu ex-ajudante de ordens. Sentado à esquerda do depoente, algumas fileiras atrás, o ex-presidente acabou flagrado por câmeras da TJ Justiça.

Racismo na UFRJ

A Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade da UFRJ manifestou seu apoio a servidores do Colégio de Aplicação da universidade que foram vítimas de racismo. Entre as vítimas estão as duas diretoras e um professor — todos negros.

Crime

Segundo nota da SGA-ADA, eles foram alvo de “violência simbólica e institucional” por parte de estudantes e de um responsável legal. O cabelo crespo do professor foi ridicularizado e houve ataques verbais às diretoras. “Racismo é crime”, ressaltou o documento.